

A fórmula da humanidade como um fim em si mesmo*

[The formula of humanity as an end in itself]

Richard Dean

Cal State L.A. University (Los Angeles, USA)

A “fórmula da humanidade” do Imperativo Categórico diz que toda pessoa deve “agir de forma a tratar a humanidade, seja em sua própria pessoa ou em qualquer outra, sempre e ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como um meio.” (*GMS* 4:429)¹

De todas as fórmulas do Imperativo Categórico - ou maneiras diferentes de expressar o princípio fundamental da moralidade - a da humanidade é provavelmente a mais atraente intuitivamente. No entanto, apesar de seu apelo intuitivo, mesmo seus elementos mais básicos – o que exatamente deve ser tratado como um fim em si mesmo, e por que deveríamos aceitar esta exigência moral básica – são surpreendentemente confusos, e até mesmo controversos. Meu objetivo, neste ensaio, é oferecer uma análise consistente destes pontos básicos, além de identificar interpretações alternativas, sem abrir mão da força intuitiva do princípio de Kant.

Mesmo com um significativo desacordo acerca dos detalhes da fórmula da humanidade, há certo consenso, entre os comentaristas, sobre alguns pontos de partida.

Uma interpretação geralmente aceita é a de que Kant não está dizendo que somente e exatamente os membros da espécie humana devem ser tratados como fins em si mesmos. Seu uso do termo “humanidade” (em alemão *Die Menschheit*) é potencialmente enganador, pois Kant consistentemente diz que “seres racionais” são fins em si mesmos, em virtude de sua “natureza racional”. Como a racionalidade é

* In: *The Blackwell Guide to Kant's Ethics*, Edited by Thomas E. Hill. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 83-101. Tradução: Rafael Rodrigues Pereira (Professor adjunto departamento de filosofia UFG, e-mail: rafarodrigues252@gmail.com)

¹ Todas as citações diretas das obras de Kant serão das traduções citadas na bibliografia, embora as referências das páginas sejam da edição canônica das obras de Kant, segundo a Academia Real Prussiana.

a característica-chave que distingue humanos típicos de todos os outros seres que conhecemos, não é um desvio muito grande dizer que seres humanos são fins em si mesmos. Mas Kant também diz que Deus possui uma natureza racional, mais perfeita que a nossa, e considera, até mesmo, que pode haver raças de seres racionais vivendo em outros planetas (*Anth.* 7:332). Kant, portanto, não está dizendo que somente membros de nossa espécie biológica podem ser racionais, ou precisam ser tratados como fins em si mesmos. E se a natureza racional é o que torna um ser um fim em si mesmo, então ser biologicamente humano também não é condição suficiente para sê-lo. Alguns humanos – pacientes em estado vegetativo permanente, por exemplo – são desprovidos de qualquer racionalidade. Há, assim, um consenso de que, para Kant, seres racionais são fins em si mesmos, e não todos e somente os membros da espécie *homo sapiens*.

Também há certo acordo acerca do que significa chamar algo de fim em si mesmo. Para Kant, um fim (*der Zweck*) é uma razão ou propósito para uma ação. Muitos fins são contingentes, baseados em desejos ou sentimentos que podem variar de uma pessoa para outra. Aprender a falar chinês, por exemplo, pode ser um fim para você, mas não para mim, porque temos diferentes planos ou desejos. Mas, além de fins contingentes, há também outro tipo de fim, que fornece necessariamente uma forte razão [*compelling reason*] para todo agente racional agir de determinadas maneiras. Isto é um fim em si mesmo. Há certas exigências ou princípios que fazem parte de toda deliberação racional sobre o que fazer – considerações que não podemos racionalmente ignorar –, e Kant expressa esta ideia dizendo que há um fim necessário, que precisa ser levado em conta em toda deliberação. Este fim em si mesmo é a natureza racional, tanto no próprio agente quanto nos outros. Por causa deste status especial da natureza racional, não podemos conferir-lhe significado somente em função daquilo que obtemos através dela. Não podemos tratá-la apenas como um meio para a satisfação de nossos desejos.

Isso nos dá uma noção abstrata do que a frase “fim em si mesmo” significa, mas Kant, obviamente, vai além, especificando algumas das maneiras pelas quais nos é requerido tratar a natureza racional enquanto fim em si mesmo. A importância única desta natureza, segundo Kant, gera deveres específicos de desenvolver nossas próprias capacidades racionais, de não nos destruir, de conferir certo peso às escolhas e interesses dos outros, e de tratá-los com respeito. Em seus textos não fica claro, com frequência, a maneira exata pela qual estes deveres são

derivados da ideia de um status especial da natureza racional, o que requer alguma reconstrução especulativa de seus argumentos.

Desta forma, alguns pontos básicos da fórmula da humanidade são suficientemente claros. Esta fórmula requer que a natureza racional, assim como todo ser racional, tenha um peso especial nas deliberações de todos sobre como agir. E Kant enumera alguns deveres específicos implicados neste status especial. Mas cada um destes pontos necessita de maiores explicações. E mesmo depois que a visão de Kant tenha sido explicitada, permanece a dúvida de por que deveríamos aceitar qualquer um destes pontos. Passo agora a explorá-los com mais detalhes.

O Que Deveríamos Tratar Como um Fim em Si Mesmo?

É amplamente reconhecido, corretamente em minha opinião, que para Kant o fim em si mesmo é a natureza racional. Mas o termo “natureza racional” é ambíguo.

Em parte por influência dos modelos econômicos de racionalidade, esta última é naturalmente associada, hoje em dia, com a razão instrumental, ou o cálculo dos meios mais efetivos para satisfazer nossos próprios desejos. Mas Kant não usa os termos “razão” ou “racionalidade” [*reason or rationality*] (a mesma palavra alemã, *die Vernunft*, é traduzida pelos dois termos em inglês) ou o adjetivo “racional” (*vernunftige*), de forma essencialmente associada à razão instrumental. Assim, a característica que faz de alguém um fim em si mesmo não é sua habilidade em obter meios eficientes para atingir seus fins. Kant também não intende contrastar “racional” com “emocional”, e, portanto, a fórmula da humanidade não está dizendo que aqueles seres que suprimem suas emoções têm um status especial que faltaria aos demais.

A concepção de Kant de razão ou racionalidade não deve ser tomada como tendo o mesmo sentido ou conotação destas versões atuais, pois a descrição que ele faz do poder da razão talvez seja o elemento mais distintivo e fundamental de todo seu sistema filosófico. Kant divide o poder da razão em aspectos teórico e prático. Em ambos a razão é uma faculdade muito ativa. Em seu aspecto teórico, a razão fornece princípios que guiam o entendimento em sua tarefa de organizar nossas impressões sensíveis em padrões coerentes e passíveis de compreensão. A razão teórica não se limita a responder a informações recebidas passivamente, mas sim fornece espontaneamente princípios que tornam possíveis a percepção coerente e a investigação científica empírica. De

forma similar, em seu uso prático, a razão faz mais do que buscar os melhores meios para quaisquer desejos contingentes que venhamos passivamente a ter. O raciocínio prático diz respeito ao exercício de nossa vontade. Um aspecto dessa vontade é *Willkür*, ou o poder de fazer escolhas sobre quais fins adotar. Outro aspecto é *Wille*, que apresenta ou “legisla” princípios morais categóricos a um agente. Todo humano adulto capaz, assim como qualquer outro ser racional que possa existir, possui tanto *Willkür* quanto *Wille*, na visão de Kant. Um agente racional perfeito sempre exerceria seu poder de escolha, ou *Willkür*, de forma consistente com as exigências morais providas pela *Wille*, pois seu próprio poder racional apresenta estes princípios morais como razões incondicionais para agir. Mas é claro que pessoas reais são seres racionais imperfeitos, e, por isso, às vezes decidem realizar ações contrárias a princípios morais que elas próprias se dão.

As concepções kantianas de razão e vontade fornecem vários candidatos possíveis para o fim em si mesmo. Talvez a razão teórica seja este fim, ou a razão prática. Talvez algum aspecto particular da razão prática, como a *Willkür*, qualifique um ser como fim em si mesmo. Ou talvez alguém seja um fim em si mesmo em virtude do poder de legislar princípios morais. Ou, para adotar um requerimento mais exigente, talvez alguém seja um fim em si mesmo não apenas se possui *Willkür* e *Wille*, mas também se é suficientemente racional para reconhecer e aceitar a força incondicional dos princípios morais, e, assim, regular suas escolhas particulares de acordo com estes princípios. Na verdade, não há um consenso claro sobre qual destas possíveis leituras da “natureza racional” como fim em si mesmo é correta. Praticamente todas elas receberam algum apoio nas últimas décadas. Embora pouco esforço tenha sido dedicado, surpreendentemente, para resolver o problema da divergência quanto à leitura da “humanidade” - ou “natureza racional” - que deve ser tratada como fim em si mesmo, este ponto parece crucial para uma compreensão adequada da fórmula da humanidade.

Alguns comentaristas propuseram que o fim em si mesmo é o poder de colocar fins (*Willkür*), ou o poder de colocar fins mais o poder de organizá-los em um todo consistente (Korsgaard, 1996, p. 17, 110, 346; Wood, 1999, p. 18-20). A importância do poder de escolha é uma ideia familiar a filósofos contemporâneos comprometidos com a ênfase político-liberal no valor fundacional da escolha. Mas seria estranho, dado o destaque conferido por Kant em escolher de acordo com as exigências morais da razão, que o poder de escolha *simpliciter* fosse o fim em si mesmo, merecedor de especial consideração. O poder de escolha é

apenas um aspecto da razão prática, sendo que alguém pode tê-lo e, ainda assim, fazer escolhas contrárias às exigências racionais dos princípios legislados pela *Wille*, outro aspecto de seu próprio poder de razão. Desta forma, seria inoportuno identificar apenas o poder de escolha com a “natureza racional”.

Por razões similares, seria ainda mais estranho se Kant considerasse apenas o uso teórico da razão como a característica distintiva do fim em si mesmo. Este uso culmina, de fato, em impressionantes teorias da ciência física e em algumas realizações técnicas espetaculares, mas deixa de fora um aspecto da razão consistentemente enfatizado por Kant, aquele ligado ao raciocínio moral. Na *Fundamentação*, Kant diz que “a Moralidade é a única condição sob a qual um ser racional pode ser um fim em si mesmo. Portanto a moralidade - e a humanidade enquanto capaz de moralidade - é a única coisa que possui dignidade” (*GMS*, 4:435). No trabalho posterior *A Metafísica dos Costumes* (onde Kant desenvolve e aplica os princípios morais básicos da *Fundamentação*) Kant diz que o respeito que devemos mostrar a outra pessoa é “respeito pelo homem enquanto ser moral” (*MS* 6:464) e que “a moralidade é um fim em si mesmo” (*MS* 6:422-3, e *MS* 6:436). Na *Crítica da Razão Prática* Kant diz que “o ser humano (e com ele todo ser racional) é um fim em si mesmo”, porque o ser humano “é o sujeito da lei moral e, portanto, daquilo que é sagrado em si mesmo, somente pelo qual e de acordo com o qual alguma coisa pode ser chamada de sagrada” (*KpV* 5:131-2). Na *Crítica do Juízo*, Kant diz que “é somente enquanto ser moral que o homem pode ser o propósito final [fim, ou *Zweck*] da criação” (*KU* 5:437; *KU* 5:443). O aspecto da natureza racional que marca um ser com fim em si mesmo, assim, é aquele ligado a legislar e agir a partir de princípios morais.

Mas esta ainda não é uma resposta precisa. Um elemento da natureza racional que torna possível o raciocínio moral é a atividade da *Wille* em legislar princípios morais. Princípios morais universais são construídos através de uma atividade de deliberar sobre o que fazer, e, portanto, todo agente deve tomar seu próprio poder de razão prática como lhe apresentando requerimentos morais irrevogáveis.² Assim, talvez o poder de legislar exigências morais incondicionais seja o aspecto da razão que identifica um ser humano com fim em si mesmo.

Mas alguns comentadores consideraram que a característica distintiva destes seres é a “capacidade para moralidade”, e esta

² Eu não pretendo, obviamente, resumir os argumentos de Kant sobre este ponto. Ver o capítulo 3 da *Fundamentação*. Outra boa fonte secundária sobre isto é Hill, 1992, p. 97-122.

capacidade envolve mais do que legislar princípios morais. Para uma vontade perfeita ou “sagrada” como a de Deus, os requerimentos da razão podem ser suficientes para que se aja moralmente, mas, para seres imperfeitos como nós, influenciados por desejos sensíveis e emoções, deve haver também algum sentimento que acompanhe a escolha de agir segundo a lei moral. O sentimento de *Achtung*, traduzido como “respeito” ou “reverência”, é o sentimento-chave necessário. Kant o distingue do sentimento humano típico, pois “não é de origem empírica”, mas sim “produzido por uma base intelectual” - a saber, o reconhecimento do poder incondicional dos princípios morais em comandar. “A lei moral humilha o amor-próprio” (*KpV* 5:73) ao mostrar que há algo mais importante do que nossas próprias inclinações, e “aquilo que em nosso próprio julgamento ultrapassa nosso amor-próprio nos humilha” (*KpV* 5:74). Mas também produz um sentimento positivo de *Achtung* pela própria lei moral, pois “o peso relativo da lei” se torna aparente pela “remoção do contrapeso” (*KpV* 5:76) de desejos imorais. Assim, embora a lei moral possa gerar um “sentimento de desprazer” pelo “dano às pretensões da autoestima” (*KpV* 5:78-9), também é uma “elevação da moral” e, enquanto tal, “há tão pouco desprazer nisso que, uma vez que o amor-próprio tenha sido deixado de lado... nunca estaremos suficientemente satisfeitos com a contemplação da majestade desta lei” (*KpV* 5:77). *Achtung*, portanto, é um sentimento moral - um sentimento positivo de respeito por princípios morais - inspirado pela força normativa objetiva destes. Assim, para seres como nós - racionais, porém sujeitos a influências sensíveis - é mais plausível considerar que a capacidade para a moralidade é a combinação de *Wille*, *Willkür* e o sentimento moral de *Achtung*, que pode se opor a sentimentos e desejos que nos afastam das exigências da moralidade. Alguns comentadores sustentaram a posição de que esta capacidade para a moralidade seria aquilo que qualifica um ser como fim em si mesmo.³

No entanto, simplesmente possuir esta capacidade não é ser racional no sentido mais pleno possível para os seres humanos. Princípios morais, enquanto razões suficientes para a ação, são comandados pela *Wille*, um dos aspectos de nosso próprio poder de razão prática. Portanto, na visão de Kant, alguém que age de forma contrária aos princípios morais está agindo irracionalmente. É possível assim considerar que, ao dizer que a natureza racional é um fim em si mesmo, Kant significa que um ser possui este status somente quando

³ Ver Hill, 1992, p. 40-1; Herman, 1993, p. 238; O’Neill, 1989, p. 138; Paton, 1947, p. 177; Ross, 1954, p. 52-3.

está comprometido em agir segundo princípios morais requeridos por seu próprio poder de razão. Esta leitura do fim em si mesmo, com certeza, não é convencional entre os comentadores de Kant, em grande parte porque parece ter incômodas consequências moralistas, podendo levar a fortes julgamentos sobre o caráter moral dos outros, e tratamento diferencial baseado nestes julgamentos. Mas eu argumento, em outro texto, que este ponto não tem as consequências repugnantes que se pode pensar, e que se trata da leitura mais justificada, textualmente, da fórmula da humanidade (Dean, 1996, 2006)

Podemos concluir, provisoriamente, que o fim em si mesmo é a natureza racional, onde esta inclui algum aspecto da razão moral – seja o poder de legislar princípios morais, ou a capacidade geral de agir a partir de princípios morais, ou o comprometimento em agir, de fato, a partir destes. Qual destas leituras é a mais justificada depende em grande medida de sua capacidade em reconstruir, da maneira convincente e plausível, os argumentos básicos de Kant para a fórmula da humanidade.

Valores e Fins

Antes de nos voltarmos para o argumento da fórmula da humanidade e suas implicações, precisamos de algumas explicações sobre a concepção kantiana de valor.

Para Kant, as escolhas de agentes racionais são conceitualmente anteriores ao valor dos objetos escolhidos, e, portanto, valor é uma questão de ser um “objeto da razão prática” (*KpV* 5:57). Isso deve soar estranho a vários leitores. A influência do consequencialismo na filosofia moral, assim como a influência da teoria da escolha racional em várias disciplinas, faz parecer natural considerar a escolha racional como uma questão de reagir apropriadamente a um valor pré-existente, ou até mesmo de maximizar aquilo que tem valor. Mas isso é negado explicitamente por Kant. O valor não se apresenta por si mesmo a um agente, como resultado de algum estado pré-existente, interno ou externo. Em sua mais longa discussão sobre o conceito de valor, na *Crítica da Razão Prática* 5:57-64, Kant argumenta, primeiramente, que o fato de alguém querer algo, ou preferir a existência de um determinado estado de coisas, não é suficiente para mostrar que este estado tem valor. Preferências e desejos, por si mesmos, não são condições suficientes para o valor, pois só o adquirem quando são consistentes com nossa felicidade como um todo, já que “a razão de uma pessoa certamente tem uma concessão do lado de sua sensibilidade, que não pode recusar, em atender seus interesses e

formar máximas práticas em vista da felicidade” (*KpV* 5:61). Mas esta consistência com a felicidade tomada em conjunto é apenas uma condição necessária, e não suficiente, para o valor. Um ser racional “não usa a razão meramente como uma ferramenta para a satisfação de suas necessidades como ser sensível”. Ele também tem um “propósito mais alto”, aquele de aceitar um princípio que é uma “lei prática *a priori*” – um Imperativo Categórico – fazendo deste “a base determinante da vontade, sem conexão com possíveis objetos da faculdade de desejo” (*KpV* 5:62). Somente escolhas em conformidade com a lei moral conferem valor, e, portanto, “é a lei moral, em primeiro lugar, que determina e torna possível o conceito de bem” (*KpV* 5:64). Valores não são determinados por nossos sentimentos ou desejos, nem são uma propriedade passivamente percebida. Ao invés disso, o valor é algo conferido pelas escolhas de um ser que age a partir de princípios racionais, tanto de moralidade quanto de prudência. Não estou dizendo que estes argumentos sejam decisivos contra a possibilidade de valores serem tomados como conceitualmente fundamentais, mas, apenas, que resumem a posição de Kant.⁴

Em algumas passagens da *Fundamentação*, incluindo o primeiro dos dois argumentos de que a humanidade deve ser considerada um fim em si mesmo, pode parecer que Kant está se apoiando em teses fundamentais sobre o valor. E é verdade que ele não articula, de forma vigorosa e explícita, sua atípica concepção de valor até o tardio *Crítica da Razão Prática*. No entanto, apesar de seus ocasionais lapsos terminológicos, Kant chega a dizer, na *Fundamentação*, que o valor necessariamente depende da atividade da vontade racional em produzir leis, o que “determina todo o valor” (*GMS* 4:436). E os principais argumentos da *Fundamentação* - incluindo aqueles para a humanidade enquanto fim em si mesmo - podem ser formulados, acuradamente, em termos que não se baseiam em uma tese sobre a prioridade conceitual do valor.

É possível interpretar a concepção kantiana de “fim” de forma consistente com a prioridade conceitual da escolha racional. O tipo mais familiar são os fins contingentes ou subjetivos, baseados em desejos ou sentimentos. Não é o caso, na visão de Kant, de que o desejo seja sempre, em si mesmo, uma razão para agir. O desejo só é uma razão se escolhermos fazer dele uma. Em outras palavras, fins são sempre escolhidos, e não algo que simplesmente acontece que tenhamos. Se alguém escolhe adotar um fim – viajar para o Egito, por exemplo -, então Kant diria que este fim tem valor para esta pessoa. Kant descreve o valor destes fins

⁴ Embora a leitura que faço aqui seja razoavelmente dominante, para posições contrárias ver Herman, 1993, p. 208-10, e Guyer, 2000, p. 2, p. 96-171.

contingentes como “relativos” ou “condicionais”. É relativo, porque viajar para o Egito só tem valor para uma pessoa com o desejo de fazer isso. E é condicional de várias maneiras. Primeiro, da mesma em que é relativo – somente para alguém na condição desta pessoa com o desejo requerido. Mas também é condicional no sentido de se adequar ao conjunto total dos fins de um agente (assim, a viagem ao Egito não tem valor se ameaçar a satisfação de outros desejos contingentes mais importantes), e também é condicional por ser moralmente permissível (se tivermos que agir de forma imoral para ir ao Egito, o fim não tem valor). Em todos estes sentidos, o valor dos fins contingentes é conceitualmente dependente do fato de serem racionalmente escolhidos.

Um fim necessário difere de um fim contingente, na medida em que fornece uma razão para todos em agirem de determinadas maneiras, independentemente de desejos particulares. Fins contingentes são, pelo menos tipicamente, estados de coisas a serem realizados, como aquele em que eu visito o Egito. Mas o único fim necessário é a natureza racional, e esta não é, primariamente, um estado de coisas trazido à existência. Trata-se de um tipo diferente de razão para agir. Como a natureza racional não é algo que deva ser ocasionado da forma mais extensa possível, não temos a obrigação de maximizar o número de seres racionais no mundo – por exemplo, tendo o máximo possível de filhos -, nem maximizar o número de escolhas racionais que fazemos, nem maximizar o quanto ponderamos cuidadosamente cada escolha. Estas consequências provavelmente se seguiriam se tomássemos o valor da natureza racional como conceitualmente fundamental, e então nos perguntássemos como reagir a este valor. Mas esta não é a abordagem de Kant. Ao invés disso, o argumento de que a natureza racional é um fim necessário, ou um fim em si mesmo, visa estabelecer diretamente que nós sempre temos, incondicionalmente, uma razão para tratar a natureza racional de determinadas maneiras. Ou seja, Kant não procura de nenhuma maneira estabelecer a prioridade conceitual do valor da natureza racional, para, então, derivar deveres sobre como reagir a este valor. Em vez disso, primeiro argumenta que a natureza racional precisa ser tratada de determinada maneira, e qualquer discurso sobre o valor desta é apenas um atalho para tais requerimentos. Como o fim necessário, ou em si mesmo, é uma razão que deve ser pesada em qualquer deliberação de qualquer agente, podemos dizer que o valor de um fim necessário é absoluto e não relativo, e que é incondicional, ou seja, não condicional sobre o desejo particular de um agente. Já que nenhuma recompensa material justifica tratar a natureza racional inapropriadamente, podemos dizer que esta tem um valor incomparavelmente elevado. Mas isso não especifica que tipos de

ações são requeridos pelo status de fim em si mesmo da natureza racional. Para entender estas exigências, precisamos nos voltar para o argumento de Kant sobre a legitimidade da fórmula da humanidade enquanto princípio moral básico.

O Argumento Para a Fórmula da Humanidade

Têm sido elusivas as tentativas de reconstruir satisfatoriamente o argumento de Kant para a fórmula da humanidade.

Há duas etapas gerais no argumento como um todo. Kant primeiro afirma que, se existe um princípio moral básico, então também deve haver alguma coisa que é um fim em si mesmo, pois somente um fim em si mesmo pode servir de base para um Imperativo Categórico (*GMS* 4:427-8). Esta primeira etapa é relativamente clara. Então ele tenta mostrar que a humanidade ou “natureza racional” é o único candidato satisfatório para a posição de fim em si mesmo (*GMS* 4:428-9). Esta segunda etapa do argumento é notavelmente obscura, mesmo em seus pontos mais fundamentais, e, portanto, qualquer esforço em compreendê-la deve envolver significativa reconstrução e preenchimento, e não somente interpretação. Mas o primeiro argumento, mais claro, fornece pistas importantes para entender o segundo, mais difícil, pelo qual o fim em si mesmo deve ser a natureza racional.

Os argumentos de Kant nos dois primeiros capítulos da *Fundamentação*, inclusive aqueles relativos ao fim em si mesmo, não pretendem se sustentar independentemente das crenças morais que temos no dia-a-dia. Kant diz no prefácio que sua estratégia nos primeiros capítulos é “proceder analiticamente da compreensão comum [da moralidade] para a determinação de seu princípio supremo”, ou seja, verificar qual deve ser o conteúdo do Imperativo Categórico para que este se adeque às crenças cotidianas básicas sobre a natureza da moralidade (*GMS* 4:392). Diz que vai deixar de lado o projeto de determinar que os princípios morais de fato existem – que a moralidade não é um mero “fantasma da mente” – até o capítulo 3 (*GMS* 4:445). Assim, ao argumentar sobre a fórmula da humanidade, Kant pressupõe provisoriamente que há princípios morais básicos, e pondera que a única coisa que pode valer como um destes princípios, ou “princípio prático supremo”, é um Imperativo Categórico, uma “lei prática universal” que exige incondicionalmente obediência a todos (*GMS* 4:428). Kant então argumenta que, se este Imperativo Categórico existe, deve haver alguma coisa que é um fim em si mesmo.

Fins contingentes ou relativos não podem servir de base para um princípio moral válido necessariamente para todos, simplesmente porque estes fins variam de pessoa para pessoa. Kant afirma que

A mera relação com uma faculdade de desejo especialmente constituída da parte do sujeito lhes dá seu valor, o que, portanto, não pode fornecer nenhum princípio universal, nenhum princípio válido e necessário para todos os seres racionais e também para toda volição, em suma, nenhuma lei prática (*GMS* 4:428).

Portanto, se há princípios morais genuínos, também deve haver algo que é um fim em si mesmo, um fim que todo agente racional deve reconhecer como uma razão para agir, independentemente de seus desejos particulares.⁵ Mas dizer isso - que para que haja um Imperativo Categórico deve haver um fim válido necessariamente para todos - ainda não é especificar que fim é este.

Kant, inicialmente, apenas afirma que um ser racional é sempre um fim em si mesmo, na *Fundamentação* 4:428, mas, depois, oferece dois argumentos para esta tese. O primeiro, também em *GMS* 4:428, parece ser um argumento por eliminação. Kant examina e rejeita três candidatos para a posição de fim em si mesmo. Como este primeiro argumento não é convincente, vou me concentrar no segundo.

O segundo argumento para a tese de que a natureza racional deve ser o fim em si mesmo, na *Fundamentação* 4:428-9, é intrigante, mas tão compactado que se torna amplamente misterioso. Kant certamente dá sinais de considerá-lo um sólido argumento dedutivo, usando a palavra “portanto” (em alemão *also*) para marcar a conclusão, mas é difícil ver exatamente em que ele consiste. Kant está falando de como deve ser o conteúdo do Imperativo Categórico ou “lei prática”, e diz que

⁵ Kant resume este argumento basicamente da mesma maneira em *MS* 6:381.

O fundamento do princípio é: a natureza racional existe como um fim em si mesmo. Esta é a maneira pela qual um ser humano necessariamente concebe sua própria existência, sendo, neste sentido, um princípio subjetivo das ações humanas. Mas também é a maneira pela qual todos os outros seres racionais concebem sua existência, nas mesmas bases racionais que valem para mim; por isso também é um princípio objetivo, a partir do qual, por ser um supremo fundamento prático, deve ser possível derivar todas as leis para a vontade. O imperativo prático será, portanto, o seguinte: aja de forma a tratar a humanidade, seja em sua pessoa tanto em qualquer outra, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio.

Vários pontos são confusos aqui. Uma reconstrução satisfatória teria que explicar qual é a razão para supor que todo agente “necessariamente” concebe a si próprio como um fim em si mesmo, e aquilo que está envolvido em se conceber desta maneira. E, uma vez que tenha sido explicado porque cada agente deve se conceber assim (por que tratar a humanidade como fim em si mesmo é um princípio “subjetivo”), ainda seria necessário explicar por que também deve conceber os outros agentes como fins em si mesmos (por que é um fim “objetivo”). E uma reconstrução satisfatória teria que fazer tudo isso sem pressupor tese alguma sobre o valor da humanidade. Afirmações sobre o valor incomparavelmente elevado da humanidade deveriam, estritamente falando, serem usadas somente para apreender ideias conceitualmente anteriores sobre as exigências da fórmula da humanidade (de que esta deve ser tratada como um fim em si mesmo).

A tese inicial do argumento já causa perplexidade. Kant diz que todo ser racional necessariamente toma sua natureza racional como fim em si mesmo, tratando-a desta maneira, assim, enquanto “princípio subjetivo das ações humanas”. Mas o uso do termo “subjetivo”, aqui, parece ser inconsistente com a definição que Kant acaba de oferecer em 428, onde diz que “subjetivo” significa algo como “baseado em inclinações”. Ora, este não seria um princípio de ação *necessário* se fosse baseado nas inclinações do agente, já que é possível, pelo menos teoricamente, que um agente racional não tenha as inclinações que o levam a agir a partir do princípio. Ao invés de usar, aqui, o termo “subjetivo” enquanto “baseado em inclinações”, acho que Kant está usando-o em um sentido mais comum, não-técnico, para explicar que o princípio tem a ver com um indivíduo particular. O princípio tem como conteúdo somente a própria natureza racional do agente, se aplicando às suas próprias ações. Ou seja, o agente trata sua própria natureza racional como fim em si mesmo, na medida em que não há menção de como ele irá considerar os outros agentes, ou como estes irão considerá-lo. Ainda

assim, o princípio permanece falso empiricamente. Kant corretamente reconhece, em seus escritos, que é empiricamente possível a um agente falhar em tratar sua própria natureza racional como fim em si mesmo. Agentes humanos agem, às vezes, de forma imoral. Assim, ao invés de consistir em uma tese empírica de como agentes reais necessariamente agem, as afirmações de Kant devem estar descrevendo a maneira pela qual agentes são racionalmente requeridos a agir.

Mas, mesmo se estou correto até aqui, isso apenas decifra o sentido de “subjético” na tese de Kant, de que tratar nossa própria humanidade como fim em si mesmo é um princípio subjético necessário. Isso ainda não mostra o que está envolvido em trata-la desta forma, nem por que cada agente racional tem razões para aceitar este requerimento incondicionalmente.

Christine Korsgaard (1996, pp. 119-124) elabora uma estratégia que pode nos ajudar a decifrar o argumento de Kant para este “princípio subjético” de ação, e, embora alguns detalhes da minha reconstrução sejam divergentes da de Korsgaard, vou seguir sua estratégia básica.⁶ Ela diz que “o argumento pretende ser um regresso às condições” do valor de nossos fins contingentes (Korsgaard, 1996, pp. 120). Devemos, assim, começar nos perguntando de onde vem o valor de um fim contingente que perseguimos. Seguindo o raciocínio de Kant delineado na seção precedente, na discussão sobre o valor dos fins, podemos dizer que o simples desejo por alguma coisa não é condição suficiente para seu valor. Dado o ponto fundamental de Kant de que valores dependem de escolhas racionais dos agentes, um fim contrário aos requerimentos racionais da prudência ou da moralidade é sem valor. Em uma linguagem mais popular: nem tudo o que queremos ou escolhemos tem valor. Como este último não é algo anterior à escolha racional dos agentes, é incoerente apelar para o suposto valor de um fim contingente para justificar a contestação de nossa própria natureza racional, pois “se você negar a fonte do valor de seu fim, nem seu fim, nem a ação que o visa, poderão ser bons, e sua ação não será plenamente racional” (Korsgaard, 1996, pp. 123). A condição necessária do valor de qualquer fim contingente é a de que este precisa ser posto pela natureza racional. E esta natureza, que serve de condição necessária para o valor dos fins contingentes, é “natureza racional” em um sentido forte, kantiano. É a vontade de um ser que aceita a força dos princípios racionais, tanto de

⁶ A principal diferença é que para Korsgaard o argumento estabelece que o mero poder de colocar fins é o fim em si mesmo

prudência quanto de moralidade. Esta natureza racional é o fim em si mesmo.

Uma vontade devidamente estruturada é o fim em si mesmo, que não deve jamais ser sacrificado em nome da realização de fins contingentes. Se esta vontade propriamente estruturada, ou natureza racional plena, é o fim em si mesmo, então há duas maneiras de violar o princípio, subjetivo, de não destruí-la em nós mesmos. A maneira mais comum é a de decidir agir contrariamente aos requerimentos morais, enfraquecendo o comprometimento com a racionalidade característico de vontades racionais. De forma consistente com esta leitura do componente “subjetivo” da fórmula da humanidade, Kant deixa claro, mais adiante, que esta fórmula inclui um dever de aperfeiçoamento moral próprio, de nos esforçarmos continuamente para fazer de princípios morais auto-legislados uma razão suficiente para agirmos (*MS* 6:387, *MS* 6:392-3, *MS* 6:446-7). A segunda maneira de sacrificar nossa própria natureza racional é destruímos completamente a nós mesmos ou nossa natureza racional mínima. Este tipo de sacrifício – casos de suicídio, ou quando nos colocamos em situações que envolvem grande risco de perda de nossa vida, em função da satisfação de desejos contingentes, ou se consumirmos drogas que podem alterar nossa mente permanentemente, coisas assim – são provavelmente o que primeiro nos vem à mente, quando pensamos no sacrifício de nossa natureza racional (isso se não nos lembrarmos de que a ideia kantiana desta natureza envolve bem mais do que uma “racionalidade mínima”). E, é claro, Kant pensa que todo agente racional tem deveres para consigo mesmo em evitar este tipo de ação, deveres baseados na fórmula da humanidade (*MS* 6:422-3, *MS* 6:427-8). Assim, o princípio subjetivo sugerido pelo argumento da regressão consiste em evitar o sacrifício de nosso comprometimento com a moralidade em função da satisfação de desejos contingentes, além de evitar sacrificar completamente a nós mesmos ou nossa capacidade racional mínima.

Mas isso ainda nos deixa com um passo faltando na reconstrução do argumento de Kant para a fórmula da humanidade, que é o de estabelecer que tratar a humanidade como um fim em si mesmo é tanto um “princípio objetivo” quanto subjetivo. O suporte oferecido por Kant para este princípio objetivo é que a mesma maneira pela qual cada agente deve considerar sua própria natureza racional como um fim em si mesmo

também é a maneira pela qual todos os outros seres racionais concebem sua própria existência, na mesma base racional que é válida também pra mim; portanto é, ao mesmo tempo, um princípio objetivo. (GMS, 4:429)

Em certo sentido, aqui, o raciocínio de Kant é bastante claro. O argumento oferecido acima, em suporte do “princípio subjetivo”, é perfeitamente generalizável, pois não pressupõe nenhum desejo particular, mostrando, ao invés disso, que é sempre ilegítimo apelar para o suposto valor de fins contingentes para justificar o sacrifício de nossa própria vontade racional. Portanto, todo agente racional tem razões para tratar sua natureza racional plena como fim em si mesmo. Mas Kant pretende estabelecer mais do que isso com o princípio objetivo, a saber, que cada um de nós deve tratar não só sua própria humanidade, mas também a de qualquer outro, como fim em si mesmo. Há uma grande lacuna entre se dizer, por um lado, que todo agente deve tratar sua própria natureza racional como fim em si mesmo, e, por outro lado, que todo agente deve tratar qualquer natureza racional como fim em si mesmo.

O próprio Kant fornece poucas pistas sobre como proceder, mas uma estratégia óbvia é sugerida pela estrutura geral da *Fundamentação*. Kant supõe que, se a moralidade não for uma mera ficção, então deve haver um princípio moral que se aplique a todos os seres racionais. Dois possíveis candidatos para este princípio são compatíveis com - e sugeridos por - o fato de que todo agente racional deve tratar sua própria natureza moral como um fim em si mesmo. Um possível princípio universal é: todo agente deve tratar sua própria natureza racional como fim em si mesmo, mas pode tratar outras naturezas racionais como meios descartáveis para a satisfação de seus próprios desejos. O outro princípio possível é: todo agente deve tratar sua própria natureza racional, assim como todas as outras naturezas racionais, como fins em si mesmos, sem negociar nenhuma delas com a satisfação de seus desejos. Se limitarmos Kant a premissas moralmente neutras, não há por que pensar que o segundo princípio é o correto. Mas Kant não se limita a premissas moralmente neutras. Nestes capítulos da *Fundamentação*, ele está analisando como a moralidade deve ser, caso exista algo que mereça este nome. O primeiro princípio descrito acima fornece um imperativo que é, em certo sentido, universal, mas não no sentido necessário para um princípio moral. Ele fornece a todo agente um comando que tem, verbalmente, a mesma forma – “trate sua própria natureza racional como um fim em si mesmo, nunca a sacrificando em nome da inclinação” -, mas não requer que todo agente trate exatamente o(s) mesmo(s) objeto(s)

como merecendo esta consideração especial. A visão moral ordinária que está sendo analisada, aqui, requer um fim que possa ser compartilhado por todos os seres morais, e não um que os deixe irremediavelmente em conflito (*KpV* 5:28). Se a moralidade não é uma ilusão, então esta requer um fim comum a todos os agentes - e é isso o que justifica a passagem do “princípio subjetivo”, no argumento da fórmula da humanidade, para o “princípio objetivo”, pelo qual devemos tratar a natureza racional como um fim em si mesmo onde quer que a encontremos.

Mas o que está envolvido em tratar a humanidade como um fim em si mesmo? O componente subjetivo da fórmula nos proíbe de sacrificar nossa própria natureza racional, seja conferindo a desejos contingentes uma prioridade superior à da moral, seja destruindo completamente a nós mesmos e nossa vontade, seja comprometendo o funcionamento básico da vontade. O princípio objetivo correspondente, devendo servir como princípio moral e não somente como princípio de conflito, impõe requerimentos paralelos em relação a como tratar a natureza racional dos outros - na medida do possível, se levarmos em conta as diferenças básicas nos efeitos que podemos ter sobre os outros e sobre nós mesmos. O princípio objetivo requer que não destruamos os outros para satisfazer nossos próprios desejos, e, também, que não arruinemos permanentemente seus poderes deliberativos. Como não podemos controlar as escolhas que fazem, ou os princípios que decidem adotar, não podemos ter uma obrigação estrita em preservar o comprometimento dos outros com a moralidade - embora tenhamos, sim, um dever negativo de não tentá-los à imoralidade (*MS* 6:394). E, a meu ver, tais requerimentos são tudo o que o argumento de Kant na *Fundamentação* 4:428-9 pode estabelecer.

Mas isto basta para levar às conclusões às quais Kant procura chegar, quando argumenta, na fórmula básica da humanidade, que a humanidade é um fim em si mesmo, e que, portanto, nunca deve ser tratada meramente como meio. A humanidade é um fim em si mesmo, ou fim objetivo, porque todo agente é objetivamente requerido a não sacrificar sua própria humanidade - ou vontade racional plena -, nem a dos outros, em função de seus próprios desejos. Este requerimento se aplica a todo agente racional, independentemente dos desejos que tenha. Portanto, a humanidade é um fim que deve ser sempre levado em conta ao agir, independentemente de nossos desejos. É isso o que significa ser um fim objetivo, um fim em si mesmo. A tese adicional – a de que a natureza racional não deve ser apenas um meio - remete à maneira pela qual podemos falhar em tratá-la como fim em si mesmo. Violamos o requerimento de tratar a humanidade como fim objetivo quando a

arruinamos ou destruímos por causa de fins baseados em desejos. A linguagem de “fins” e “meios” pode parecer um pouco forçada, aqui, mas isso não é característico apenas de minha reconstrução do argumento de Kant. Como os professores de classes introdutórias de ética sabem muito bem, é bastante intuitivo descrever algumas violações da fórmula da humanidade enquanto “usar alguém como meio” (enganar alguém, por exemplo, ou “usar” uma pessoa em um contexto romântico para deixar outra com ciúmes), mas é complicado aplicar este rótulo, intuitivamente, a casos de suicídio ou de não-beneficência. Kant, a meu ver, está usando a distinção entre fins e meios, em parte, porque é uma distinção que já está disponível na história de filosofia, e que parece, grosso modo, apreender bem a ideia de se dar o peso correto (ou errado) a alguma coisa que faz parte de nossas deliberações.

Mas mesmo que tudo o que eu disse sobre o argumento da fórmula da humanidade estiver correto, isso não responde a todas as dúvidas sobre a humanidade. Com certeza esta fórmula requer mais do que simplesmente não destruir a nós mesmos ou aos outros, e do que o esforço em regular nossas escolhas em função de princípios morais. Mas estes outros deveres nem sempre exercem algum papel, diretamente, no argumento da fórmula da humanidade. Ao invés disso, são derivados desta, depois que tenha sido estabelecida.

Como Deveres Particulares Se Seguem

Não é surpreendente que o argumento para a fórmula da humanidade não especifique todos os deveres nela implicados. Kant diz que “a presente *Fundamentação* visa apenas investigar e estabelecer o princípio supremo da moralidade”, reservando para outro dia “a aplicação deste princípio para o sistema como um todo” da moral (*GMS* 4:392). Ele chama este sistema de “metafísica dos costumes” (*GMS* 4:391). No trabalho posterior, intitulado, justamente, de *Metafísica dos Costumes*, diz que

Uma metafísica dos costumes não pode dispensar princípios de aplicação, e com frequência teremos que tomar como nosso objeto a natureza do homem, conhecida apenas pela experiência, para mostrar aquilo que pode ser inferido de princípios morais universais (*MS* 6:217).

O imperativo categórico deve poder se aplicar, necessariamente, a todos os seres racionais possíveis. Mas, para tomar decisões a partir dos deveres específicos que se seguem do princípio geral, precisamos levar

em conta as circunstâncias e a psicologia do tipo de ser racional que estamos considerando. Para determinar deveres que se aplicam a humanos, temos que levar em conta a natureza humana. Se isto parecer a alguns leitores como contingente demais para ser kantiano, tudo o que posso dizer é que se trata de uma afirmação do próprio Kant.

Alguns comentadores sugeriram que o respeito ou estima pela natureza racional deve exercer um papel central na derivação dos deveres específicos a partir da fórmula da humanidade (Wood, 1999, p. 147-9; Hill, “Editor’s Introduction” to Kant, 2002, pp 80-1). Esta é uma abordagem interessante, mas seria preciso fornecer mais detalhes sobre este “respeito” ou estima. Não está perfeitamente claro se se trata de um sentimento, uma atitude, uma disposição, ou simplesmente uma maneira de descrever ações respeitadas. E, se este respeito deve ter a natureza racional como objeto, então é necessário uma abordagem ainda mais completa, para explicar como a natureza racional dá origem a este sentimento (ou atitude, ou disposição), e como deveres particulares se relacionam e ele. Por sorte, o próprio Kant fornece a descrição de um sentimento moral bem adequado para exercer este papel. É o sentimento de *Achtung* – respeito ou reverência. Como foi dito anteriormente neste capítulo (quando descrevi a “capacidade para a moralidade”), o uso mais comum por Kant do termo *Achtung* se refere ao sentimento produzido em seres racionais finitos pelo reconhecimento destes da força esmagadora [*awesome*] da lei moral. Mas Kant também diz que pessoas podem inspirar este sentimento de *Achtung*. De fato, na *Crítica da Razão Prática* 5:76, onde se encontra sua mais longa discussão sobre o assunto, Kant diz que “[*Achtung*] é sempre dirigido a pessoas, nunca a coisas”. *Achtung* pela lei moral e por pessoas é o mesmo sentimento moral, pois a característica de uma pessoa que inspira o sentimento de *Achtung* é o comprometimento desta com a lei moral. Somente a “retidão de caráter” produz *Achtung*, pois a pessoa que demonstra ter um bom caráter moral ilustra o poder de nos elevarmos acima de circunstâncias materiais. Assim Kant descreve o surgimento do sentimento de *Achtung* em função de um ser racional finito que “vê o sagrado acima de si e de sua frágil natureza”, e ele é consistente, através de seus escritos de ética, em dizer que pessoas comprometidas com a lei moral inspiram o sentimento de *Achtung* por causa do exemplo que fornecem (*MS* 6:464, *GMS4*:435, *GMS4*:440). Este sentimento moral de *Achtung* por pessoas pode servir bem para exercer o papel teórico na transição da fórmula da humanidade, como princípio moral básico, para deveres particulares que derivam deste último.

A mais óbvia categoria de deveres relacionada ao sentimento de *Achtung* é a de respeito (*Achtung*) por outras pessoas. Reconhecidamente não pode haver um dever de sentir respeito, pois sentimento é algo que ou se tem ou não se tem, e só podemos ter o dever de fazer algo que esteja em nosso poder (*MS* 6:449). Mas temos, sim, o dever de agir de determinadas maneiras que expressem respeito, ou seja, como alguém que sente, de fato, respeito. Assim, Kant diz que toda pessoa tem o dever de “reconhecer, de maneira prática, a dignidade da humanidade em cada pessoa. Por isso repousa sobre ele um dever de respeito [*Achtung*] que deve ser prestado a cada um” (*MS* 6:462). O sentimento de *Achtung* por outros seres racionais levaria ao reconhecimento de que os outros podem ser tão importantes quanto nós mesmos, o que tenderia a suprimir um sentimento de arrogância. E nos levaria a não condenar ou ridicularizar os outros, para não arrastá-los a uma posição abaixo da que merecem. Isto se adequa bem à descrição por Kant dos vícios que se opõem ao *Achtung*, os de arrogância, difamação e de ridicularizar (*MS* 6:465-8).

Kant também descreve vários deveres que seriam mais naturalmente descritos como de respeito por si mesmo. Ele hesita em dizer que temos deveres de respeitar a nós mesmos, mas, mais uma vez, o que ele quer dizer é que não pode haver propriamente o dever de se ter um sentimento de *Achtung*. Ele diz “não é correto dizer que um homem tem um dever de autoestima; o que deveríamos dizer é que a lei dentro dele inevitavelmente o força a respeitar seu próprio ser, e este sentimento (que é de um tipo positivo) é a base de certos deveres (*MS* 6:402-3)”. Kant, assim, descarta a existência de um dever de respeito por si próprio, mas não descarta que possamos ter deveres de realizar ações que expressam respeito por nós mesmos. O dever pessoal de evitar a servidão é um dever em não agir de forma contrária a “consciência de sua dignidade enquanto homem racional, não se deveria repudiar a autoestima moral de tal ser” (*MS* 6:435). Cada um de nós também tem um dever em evitar a avareza, e esta consiste em “restringir tão fortemente nosso próprio prazer dos meios em viver bem, que deixa nossas verdadeiras necessidades insatisfeitas” (*MS* 6:435). Uma das maneiras pelas quais expressamos *Achtung* e estima pela vontade de um ser comprometido com a moralidade é sentir satisfação em ver que tal ser é feliz, não porque a recompensa material é o motivo deste comprometimento moral, mas porque nós inevitavelmente vemos a virtude enquanto mérito, e, por sermos seres materiais, entendemos o mérito enquanto mérito em ser feliz.

Achtung exerce um papel similar na derivação do dever em ajudar os outros na busca de seus fins. O argumento para a fórmula básica da

humanidade não estabelece, por si mesmo, que devemos ajudar os outros a realizar seus fins de forma geral. Mas parece mostrar que devemos ajudar os outros quando sua sobrevivência ou poderes de racionalidade estão ameaçados, já que nunca devemos sacrificar a vontade racional de um ser em prol da satisfação de nossos desejos. E, às vezes, Kant fala do dever em ajudar outros quando estes enfrentam grandes perigos ou dificuldades (*GMS* 4:423, *MS* 6:453). Mas Kant também tem em mente um dever mais geral de “fazer da felicidade dos outros nosso próprio fim” (*MS* 6:452) ou “promover os fins dos outros” (*GMS* 4:430). A melhor maneira de compreender este dever mais geral é através do sentimento de *Achtung*. O sentimento do valor incomparável de outros seres racionais comprometidos com a moralidade se opõe a minha tendência natural à arrogância e me torna consciente de que meus fins contingentes não são importantes de forma única. Como a vontade própria de outra pessoa também torna seus fins dignos de serem buscados, devo reconhecer que eles não são sem valor. Uma forma de fazer isso é ajudar esta pessoa de alguma maneira a busca-los, se fazer isso não for uma violação muito grande da minha própria busca por meus fins.

Os deveres para consigo mesmo de aprimoramento natural também parecem ser mais claramente derivados da fórmula da humanidade se empregarmos o sentimento de *Achtung*. Isso apreende o espírito da tese de Kant pela qual quando desenvolvemos nossas habilidades naturais nos tornamos merecedores de nossa própria humanidade (*MS* 6:392, *MS* 6:387). Fins estabelecidos por uma vontade apropriadamente estruturada são fins que merecem ser perseguidos. Alguns destes fins se baseiam em inclinações, enquanto outros são incondicionais, postos pela razão. Desenvolver nossas próprias habilidades nos permite buscar uma gama mais variada de fins contingentes, e também buscar fins morais através uma variedade mais ampla de meios. Podemos ter uma boa vontade sem possuir a habilidade de realizar uma maior variedade de fins, mas o sentimento de *Achtung* produzido por uma vontade (plenamente) racional nos inspira em tornar possível para nós estabelecer e realizar esta maior variedade. Assim, Kant diz que “há também uma ligação da vontade racional com o fim da humanidade em nossa própria pessoa, e, portanto, o dever de fazer de nós mesmos merecedores da humanidade pela cultura geral, nos procurando ou promovendo a capacidade de realizar todo tipo de fins possíveis” (*MS* 6:392). Isto também está de acordo com o espírito da afirmação de Kant na *Fundamentação* 5:430, de que embora a falha em desenvolver nossos próprios talentos não entre em “conflito” com a

“humanidade em nossa própria pessoa”, e seja consistente com a “manutenção deste fim”, por outro lado não “se harmoniza com este fim”. Falhar em desenvolver nossas habilidades não destrói, literalmente, nossa vontade racional, mas é inconsistente com aceitar plenamente e agir a partir do sentimento de respeito e mérito em ser feliz que uma vontade racional inspira.

Embora estes não sejam todos os deveres que Kant discute, são suficientes para sugerir o padrão geral de derivação de deveres particulares a partir da fórmula da humanidade, e demonstrar a utilidade do conceito de *Achtung*.

Pensamentos Finais

Anteriormente, eu tinha deixado de lado a questão de determinar exatamente que tipo de “natureza racional” é o melhor candidato a fim em si mesmo, por considerar que a resposta se tornaria mais clara depois de analisarmos os argumentos de Kant. Estes argumentos sugeriram que aquilo que Kant pretende identificar como fim em si mesmo é a natureza racional em um sentido bastante forte, enquanto natureza racional inteira de um ser, mas somente à condição deste estar comprometido em aceitar a força das exigências morais. Assim, apenas o poder de por fins não é um fim em si mesmo, nem apenas o poder de legislar princípios morais, nem a (irrealizada) capacidade em agir a partir destes princípios.

O “argumento regressivo” para o componente subjetivo da fórmula da humanidade leva a esta conclusão, pois um fim contingente só tem valor à condição de ser posto por um ser racional que aceita princípios de prudência e de moralidade. Isso também se adequa à tese dos parágrafos iniciais da *Fundamentação*, de que a boa vontade é a única coisa incondicionalmente boa, e condição necessária de todo valor (*GMS* 4:393-4).

A estratégia que ofereci para derivar deveres particulares da fórmula da humanidade fornece suporte adicional para a “leitura da boa vontade” desta fórmula. Outros comentadores sugeriram que um sentimento geral de respeito ou estima pela natureza racional é a chave na passagem do princípio moral geral para deveres particulares, e isto é plausível o suficiente. Mas a análise deste sentimento não será fortemente conectada aos textos de Kant, a não ser que o tomemos como sendo o mesmo *Achtung* que sentimos pela lei moral. Considerar o fim em si mesmo como uma boa vontade traça uma forte conexão entre o conteúdo do Imperativo Categórico e seu efeito no agente moral que lhe é sujeito. O Imperativo Categórico gera um sentimento de *Achtung* em agentes

morais conscientes de sua força. Se a natureza racional enquanto fim em si mesmo é uma boa vontade, então a natureza racional em seu próprio acordo [*on its own accord*] também gera o sentimento de *Achtung*, porque a boa vontade é um exemplo do poder do Imperativo Categórico em superar desejos contingentes. A fórmula da humanidade não comanda apenas todos os agentes em tratar algo como fim em si mesmo, mas, de forma mais profunda, diz para tratar com fim em si mesmo o tipo de vontade que desperta o mesmo sentimento profundo de moralidade de *Achtung* que a lei moral desperta.

A descrição feita por Kant da humanidade como um ideal que devemos perseguir também sustenta a descrição desta como uma boa vontade. Em muitos textos, Kant diz que devemos nos esforçar para atingir a perfeição moral, mesmo sendo um fim que jamais atingiremos completamente (3:384, *GMS*4:469, R 6:61-3, R 6: 183, *MS* 6:387, *MS* 6:393-3, *MS* 6:446). E ele frequentemente se refere a este objetivo ou ideal como “humanidade”. Sempre seremos imperfeitos, porque somos sujeitos a tentações, mas, apesar disso, o próprio esforço é a forma de bem moral que é possível para os humanos. A noção de humanidade como fim a ser perseguido parece descartar que esta humanidade, como fim em si mesmo, seja algo que todo agente minimamente racional possui. Se todo o mundo já a possui, então não pode ser algo a ser trabalhado. E se parecer estranho identificar “humanidade” como algo a ser trabalhado, então pode ser útil nos recordarmos de alguns aspectos da linguagem ordinária. Em inglês, a injunção “seja um homem” é familiar, assim como o requerimento menos sexista de se ser “um pouco mais humano”. Em alemão, ou, pelo menos, no alemão da época aproximada de Kant, encontramos no *Die Zauberflöte* de Mozart a afirmação de que o personagem Zarastro precisa ser submetido a tribunais para aprender a ser um homem (*ein Mensch zu sein*). O uso Yiddish familiar de “Mensch”, significando não apenas qualquer ser humano, mas um decente, confiável ou honrado ser humano, é ainda mais significativo neste sentido.

O maior obstáculo em se aceitar a boa vontade como o fim em si mesmo é a compreensível preocupação de que isso levará ao julgamento do caráter dos outros, autorizando tratar mal pessoas que consideramos imorais. Mas a distinção já descrita acima, entre princípios morais básicos a aplicação destes princípios, fornece uma defesa não-*ad hoc* contra a suspeita de excessivo moralismo. No nível teórico, é verdade que o fim em si mesmo é a boa vontade, ou a natureza racional em um sentido bastante forte. Mas, no nível da aplicação às condições humanas, nós sempre (ou quase sempre) temos razões em tratar os outros humanos como fins em si mesmos, mesmo se nem todos merecem plenamente este

tratamento. O próprio Kant diz isso. Nas passagens da *Metafísica dos Costumes* em que ele descreve deveres de respeito pelos outros (as mesmas passagens citadas acima, na seção anterior), diz que precisamos tratar *todos* os seres humanos com respeito, mas rapidamente acrescenta que isso *não* se deve ao fato de todos serem merecedores deste respeito. Ele é bastante explícito de que precisamos respeitar o homem vicioso, “embora por seus atos este se faça desmerecedor deste respeito” (*MS* 6:463).

Por que deveríamos trata-lo com respeito, mesmo que não o mereça? Kant nos dá três razões: a primeira é que tratar um humano com desprezo enfraquece a crença deste em sua própria capacidade de se aprimorar, o que o desencoraja em procurar se conformar melhor aos ditames da razão prática (*MS* 6:463-4, *MS* 6:466). Uma segunda razão para tratar todos os humanos com respeito, mesmo que apenas alguns o mereçam, também depende de tendências psicológicas humanas básicas. Kant diz que tratar qualquer humano com desrespeito enfraquece nosso respeito por todos os humanos, “até finalmente lançar uma sombra sobre o mérito de nossa própria raça, fazendo da misantropia (se esquivar dos homens), ou do desprezo, o estado de espírito preponderante” (*MS* 4:466). Finalmente, a razão mais fundamental para tratar todos como um fim em si mesmo, embora nem todos mereçam, é que não somos juízes confiáveis do caráter dos outros. Não podemos sequer ter certeza acerca das razões pelas quais alguém age em um caso particular, quem dirá se está adotando um princípio mais elevado ou apenas agindo de maneira moralmente permissível. Kant sustenta que é impossível saber com certeza se uma ação correta foi realizada porque é correta, ou por alguma inclinação (*GMS* 4:407). Ele é ainda mais explícito, na *Religião*, de que embora possamos ver um agente realizando ações não-permissíveis, “não podemos enxergar máximas, não podemos fazer isso de forma não problemática até em nós mesmos; portanto o julgamento de que um agente é um ser humano perverso não pode confiavelmente se basear na experiência” (*R* 6:20, também *R* 6:47-8, *R* 6:67, *R* 6:71). Evitar julgamentos sobre o caráter moral geral dos outros é ainda mais importante devido à tendência humana de elevar nosso próprio valor em comparação com o dos outros. Kant consistentemente atribui ao gênero humano um amor-próprio e arrogância que gera competição, sob a forma de “um desejo injusto de adquirir superioridade para si mesmo em detrimento dos outros” e “uma inclinação em aumentar seu valor aos olhos de outrem”.⁷

⁷ Ambas as citações são de *R* 6:27. Ver também *A* 7:272 e *MM* 6:465, além de vários dos ensaios de Kant do período crítico e pós-crítico, sobretudo “Paz Perpétua”, “Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita”, e “O Conflito das Faculdades”.

Assim, não apenas é tecnicamente impossível atingir certeza absoluta em nossos julgamentos sobre caráter, mas, além disso, é bastante provável que estes julgamentos serão distorcidos. Kant, apesar de sua reputação de ser desinteressado em relação à natureza humana, fornece três teses psicológicas plausíveis que estabelecem razões para nós em tratarmos outros seres humanos como fins em si mesmos, mesmo se nem todos fizeram por merecer este tratamento.

Este ponto não é trivial no sistema moral de Kant. Ele acha que nós, humanos, devemos tratar os que são obviamente virtuosos e os aparentemente imorais da mesma maneira, mas não pode querer dizer que isso se deve ao fato de que todos merecem o mesmo tratamento. Kant sustenta que não estamos em posição de fazer julgamentos sobre o caráter dos outros, mas acha que Deus poderia fazer estes julgamentos (R 6:48, R 6:76-7, *KpV* 5:123-4). De fato, esta é a base de seus argumentos de que é possível acreditar racionalmente em um ser supremo – somente um tal ser pode julgar o mérito dos outros à felicidade, distribuindo suas recompensas de acordo.

Se um sabor desagradável de moralismo ainda emana da leitura da “natureza racional” que estou propondo, talvez algumas considerações de escala mais ampla possam ajudar. Embora seja tanto moderno quanto elogiável falar de direitos humanos básicos e dignidade inalienável, o ponto em falar disso, em geral, consiste em colocar requerimentos na maneira pela qual governos e outras instituições devem tratar pessoas. A leitura que propus não questiona estas demandas, e, na verdade, lhes fornece uma forte base filosófica. A ideia de que as pessoas piores moralmente não devem ter o mesmo status moral das que são moralmente melhores é compatível com a ideia de que não estamos em boa posição para rotular ninguém como fundamentalmente inferior ou menos merecedor de respeito. Esta dualidade de pensamento dificilmente é uma novidade. É familiar a bilhões de crentes em um Deus supremo, assim como aos que acreditam no princípio de tratar um acusado em um processo legal como inocente, até que se prove a culpa. Se existe alguma coisa estranha neste quadro, esta estranheza deve ser pesada com a do quadro oposto, pela qual nenhum grau de imoralidade pode jamais manchar o brilho inextinguível que acompanha o poder de escolha ou a capacidade para a moralidade, mesmo se esta capacidade não se realiza e as escolhas são rotineiramente monstruosas. A posição pela qual todos nós devemos nos esforçar em atingir um ideal de bondade moral é, no mínimo, menos peculiar do que isso.

Referências

- DEAN, R. What should we treat as an end in itself? *Pacific Philosophical Quarterly* 77, no. 4 (1996): 268–88.
- DEAN R. *The Value of Humanity in Kant's Moral Theory*. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- GUYER, P. *Kant on Freedom, Law and Happiness*. Cambridge, New York, Melbourne, and Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- HERMAN, B. *The Practice of Moral Judgment*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press, 1993.
- HILL, T.E., Jr. *Dignity and Practical Reason in Kant's Moral Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- KANT, I. *Anthropology from a Practical Point of View*. (M. Gregor, trans.) The Hague: Martinus Nijhoff. [7:117–333], 1974.
- KANT, I. *Critique of Pure Reason*. (N. Kemp Smith, trans.) New York: St. Martin's Press. [4:1–252, 3:1–594], 1965.
- KANT, I. *Critique of Practical Reason*. (M. Gregor, trans.) Cambridge and New York: Cambridge University Press. [5:1–164], 1997.
- KANT, I. *Critique of Judgment*. (W. S. Pluhar, trans.) Indianapolis: Hackett Publishing Company. [5:167–485], 1987.
- KANT, I. *Groundwork for the Metaphysics of Morals*. (T. E. Hill, Jr. and A. Zweig, trans.) Oxford and New York: Oxford University Press. [4:387–463], 2002.
- KANT, I. *The Metaphysics of Morals*, (M. Gregor, trans.) Cambridge: Cambridge University Press. [6:203–491], 1996.
- KANT, I. *Religion within the Limits of Reason Alone*. (A. Wood and G. di Giovanni, trans.) Cambridge and New York: Cambridge University Press. [6:1–202], 1998.
- KORSGAARD, C. *Creating the Kingdom of Ends*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1996.
- O'NEILL, O. *Constructions of Reason*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1989.
- PATON, H.J. *The Categorical Imperative*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1947.
- ROSS, W.D. *Kant's Ethical Theory*. London: Oxford University Press, 1954.
- WOOD, A. *Kant's Ethical Thought*. Cambridge, Melbourne, New York: Cambridge University Press, 1999.

Tradução recebida em 10/08/2015; aprovada em 10/10/2015.